

Persiste a desigualdade de renda nas cidades

Em 400 municípios com até cinco mil habitantes, metade dos chefes de família ganha até 1 mínimo

Cássia Almeida, Efrém Ribeiro e Chico Otávio

• RIO e TERESINA. Uma triste realidade foi exposta ontem pelo IBGE ao divulgar os números do Censo 2000. Em mais de 400 cidades com até cinco mil habitantes, metade dos chefes de família ganha até um salário-mínimo por mês. Em 21 municípios, o ganho de 50% dos responsáveis pela casa nem chega ao salário-mínimo. Na verdade, nessas pequenas cidades, concentradas na área rural do Nordeste, nem renda gerada por chefes de família existe. O dinheiro que há sai das contas da Previdência para aposentados e pensionistas e dos cofres públicos para servidores municipais.

Caraúbas, 90 quilômetros ao norte de Teresina, vive essa

realidade. Dos 4.800 habitantes, os que têm renda formal são 300 aposentados, funcionários públicos, doentes que recebem R\$ 200 por mês por invalidez e as mães que ganham salário-maternidade, mesmo desempregadas.

— Quem não é aposentado ou não é servidor público não tem renda — diz Raimundo Nonato Rodrigues, que plantou dois hectares de terras e colheu em junho cinco sacos de milho de 60 quilos para garantir o sustento da família.

O milho serve para dar comida aos porcos e galinhas que cria. Quando vai abater o porco, consegue faturar R\$ 45 a R\$ 60 e as galinhas vende a R\$ 5 por cabeça, o que lhe garante o suficiente só para comprar a comida.

O agricultor Antônio Nunes

de Araújo, de 53 anos, plantou mandioca, milho e feijão em 1,5 hectare arrendado de um proprietário de terras de Caraúba. Ele diz que os alimentos que colheu este ano não são suficientes para garantir a sobrevivência de sua família. Sua mulher, Maria de Jesus da Silva, de 55 anos, está aposentada e recebe R\$ 200 por mês. É ela quem garante a renda da família.

— Somos 11 irmãos e os cinco que estão trabalhando em Brasília e em São Paulo estão nos ajudando a sobreviver — explica José Maria, filho de Antônio e Maria de Jesus.

A desigualdade se mostra maior quando se observam os rendimentos dos chefes de família de cidades com mais de 500 mil habitantes. Nesses municípios, o rendimento da me-

tade dos chefes chega a R\$ 540. Nas capitais como São Paulo, por exemplo, sobe para R\$ 700:

— Mas essa diferença vem diminuindo, principalmente da segunda metade dos anos 90 para cá. Os ganhos reais do salário-mínimo estão beneficiando os municípios menores, enquanto a crise nas metrópoles está corroendo o rendimento do trabalho — disse o economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

No país, o rendimento mediano, o que mostra quanto ganha a metade dos chefes de família, ficou em R\$ 350 em 2000, contra R\$ 240 em 1991. Uma alta de 45%. Essa medição de renda retrata melhor a situação dos responsáveis do que o rendi-

mento médio, distorcido pelos ganhos mais altos. No Brasil, a renda média em 2000 estava em R\$ 769.

Os mais carentes também estão no Nordeste

A pesquisa do IBGE identificou, também, os municípios mais carentes. O instituto cruzou falta de saneamento básico com as baixas condições de educação (menos de quatro anos de estudo) e de renda (até dois salários) dos responsáveis pela casa. O resultado mostrou que 32,4% de domicílios dos municípios menos populosos são vulneráveis, enquanto o índice é de 4% nas cidades com mais de 500 mil habitantes. O município de Guaribas, no Piauí, concentra a maior quantidade de domicílios vulneráveis (85,4%). ■